# JORNALISMO, FICÇÃO E IDEOLOGIA [[1]](#footnote-1)

**JOURNALISM, FICCTION AND IDEOLOGY**

Antonio Claudio Engelke Menezes Teixeira[[2]](#footnote-2)

**Resumo**: *Este trabalho realiza dois movimentos interligados. Primeiro, trata-se de observar como as denúncias da parcialidade da atividade jornalística acabam por reafirmar o mito da objetividade, assim contribuindo para salvaguardar o lugar de fala do jornalismo. Na sequencia, argumenta-se que, a despeito de seus esforços, os autores construtivistas que avançaram a noção da notícia como narrativa permaneceram presos ao paradigma do jornalismo como espelho da realidade. A alternativa proposta consiste em radicalizar a perspectiva do jornalismo como atividade poética de criação de mundos. Deslocar a primazia da correspondência com a realidade não implica em descer a ladeira escorregadia do relativismo. Exige pensar a validade do discurso jornalístico em bases outras: perguntam pela fertilidade das perspectivas que trazem à esfera pública, ou sobre quão instrutivas são as histórias que ajudam a moldar no processo de narrá-las.*

**Palavras-Chave:** Narrativa. Construtivismo. Relativismo.

**Abstract**: *This paper aims to perform two intertwined movements. First, we shall see how the traditional bias criticism placed upon journalism end up reasserting the myth of objectivity, thus contributing to protect its speech position. On the second section, it will be argued that, despite their efforts, authors who put forward the constructivist notion of news as narratives remained attached to the paradigm of journalism as a mirror of reality. The alternative here developed seeks to radicalize the idea of journalism as poetic activity of world making. To dislodge the primacy of correspondence with reality does not entail a fall through the slippery slope of relativism. Rather, it requires grounding the validity of journalistic discourse in other criteria, such as the fertility of the perspectives newspapers brings to the public sphere, or how instructive are the stories they’re shaping while in the process of narrating it.*

**Keywords:** Narrative. Constructivism. Relativism.

### 1. Introdução

*O real precisa ser ficcionado para ser pensado. (...) A noção de “narrativa” nos aprisiona nas oposições do real e do artificio em que se perdem igualmente positivistas e desconstrucionistas. Não se trata de dizer que tudo é ficção. Trata-se de constatar que a ficção da era estética definiu modelos de conexão entre apresentação dos fatos e formas de inteligibilidade que tornam indefinida a fronteira entre razão dos fatos e razão da ficção, e que esses modos de conexão foram retomados pelos historiadores e analistas da realidade social* (RANCIÈRE, 2009: 58).

As críticas ao jornalismo, seja ao nível da agência individual, da organização institucional ou dos constrangimentos sistêmicos, procuram expor a dinâmica de seus “bastidores” no intuito de revelar o que se sucede no “palco”. As metodologias diferem, assim como os diagnósticos obtidos, mas a inspiração é bastante semelhante. A olharmos para o jornalista tomado isoladamente, seu trabalho diário nas redações, encontramos um sujeito que seleciona arbitrariamente o conteúdo a ser publicado, assim desempenhando a função de *gate keeper* (WHITE, 1999). Estendendo o escopo da observação, vê-se que a decisão acerca do que conta como notícia depende não apenas de avaliações idiossincráticas de repórteres e editores, mas sobretudo da estrutura burocrática das organizações que lhes pagam o salário (BREED, 1999). Se, dando sequência ao movimento, ampliarmos o horizonte da crítica de modo a abarcar os condicionantes estruturais do campo jornalístico, bem como suas implicações sociais e políticas, abriremos um leque de análises que abrangem desde o exame da mídia na conformação da esfera pública, condição indispensável à formação de consensos dos quais uma democracia não pode prescindir se quiser funcionar adequadamente (HABERMAS, 1997), até a denúncia do jornalismo como operador da reprodução dos interesses dominantes (CHOMSKI, 2003). Diversificaram-se, neste percurso, as ferramentas heurísticas e as perspectivas a que estas dão ensejo: o estruturalismo de cunho marxista subjacente ao estudo da economia política das grandes empresas de mídia e dos efeitos ideológicos de sua atuação (BOURDIEU, 1997); a ênfase culturalista na notícia como um construto social e a analítica do discurso feita a partir das noções de *framing* (KUYPERS, 2010) e *agenda-setting* (MCCOMBS, 2004); e, mais recentemente, os chamados estudos de recepção que, importando reflexões oriundas da teoria literária, deslocam a visão da mídia como indústria monolítica de fabricação de consciência, compreendendo-a como um ator contraditório dentro de um campo em permanente disputa (MOTTA, 2005c).

Fugiria completamente ao escopo deste trabalho fazer um resumo da análise sócio-política do jornalismo, tarefa ademais já realizada com a devida competência (TRAQUINA, 2012). Mas talvez possa ser salutar retomar alguns de seus pontos, agora que o fim do monopólio da significação de eventos sociais e o questionamento da legitimidade do discurso da mídia corporativa parecem ter renovado o fôlego da crítica que acusa a parcialidade do jornalismo. A internet desempenha um papel relevante no recrudescimento de tal crítica, dado o suporte que oferece à disseminação de midiativistas e iniciativas de jornalismo independente. A existência de narrativas alternativas às da mídia corporativa, ainda que em forma embrionária e de alcance bastante limitado, ajudou a deflagrar toda uma nova onda de contestação quanto ao que é percebido como uma afronta aos princípios éticos e normativos que balizam a atividade jornalística; pensemos, por exemplo, no modo como as narrativas das Jornadas de Junho ofertadas por midiativistas em geral e pela MídiaNinja em particular logrou incentivar uma insatisfação dirigida sobretudo ao jornal O Globo, reacendendo o clamor pela regulação ou democratização da mídia no Brasil. Apesar de bem-vinda, essa insatisfação acaba conformando uma crítica que é problemática em pelos menos dois aspectos: porque estando fundada numa certeza de compadrio ideológico *ex ante facto*, vicia na origem os diagnósticos que produz; e porque reforça o vocabulário que deseja combater, pois pressupõe que, afastados os constrangimentos sistêmicos e simpatias políticas não declaradas, poderíamos ter enfim um jornalismo que relatasse somente os “fatos”. No que se segue, procuro observar os impasses de tal crítica da grande mídia, sugerindo como alternativa mais profícua a radicalização de uma visão construcionista centrada na noção de narrativa. Ao final, busco responder à principal objeção tradicionalmente feita ao argumento que mobilizo.

**2.** **O trabalho ideológico da crítica à parcialidade**

Assim como o esquecimento não é o contrário da memória, mas uma de suas condições de possibilidade, também o recorte e a hierarquização de informações são necessários à atividade de levá-las ao conhecimento público por meio de veículos de comunicação. Dada a impossibilidade de abarcar a totalidade dos fatos – limitação inerente à qualquer atividade descritiva –, a omissão e o esquecimento operados pela mídia são, em princípio, um imperativo inescapável da atividade jornalística, não um investimento ideológico[[3]](#footnote-3). Mas a frequência com que o imperativo desliza para o investimento, e as formas substantivas que tais deslizamentos assumem, não haveriam de passar desapercebidas. São evidências, dizem os críticos, de um *modus operandi* que coaduna-se com os ditames mais amplos do espetáculo, pautado pela busca do sensacional, extraordinário ou inusitado que caracteriza o *fait divers*. Bourdieu resumiu bem o ponto, notando ainda as afinidades eletivas entre o predomínio do *fait divers* e outros aspectos estruturais da imprensa, como a “circulação circular da informação”, a lógica da concorrência operando a homogeneização da produção jornalística, e a tendência a privilegiar descrições feitas por sobre ideias cuja aceitação esteja garantida, de modo a evitar possíveis ruídos de recepção (BOURDIEU, 1997: 30-38). Tudo se passa como se os eventos descritos pela imprensa ocorressem num vácuo causal ou vazio histórico, existindo apenas enquanto espetáculos fugidios, tão duráveis quanto o brilho da excitação que produzem, tão rentáveis quanto os lucros políticos advindos de sua exploração dramatizada (CHAUÍ, 2006: 45-46). Some-se a isso a personalização das questões apresentadas em noticiário, a sanha voyeurística pela vida de celebridades, a obsessão por descrever a vida política sob uma ótica degradada até o ponto da estereotipagem (PATTERSON, 1993) – a lista de deslizamentos é extensa.

Este último ponto é especialmente relevante. Não cabe aqui revistar a controvérsia que, desde Dewey e Lippmann, se desenrola sobre a problemática relação entre opinião publicada, opinião pública e democracia (GUIMARÃES e AMORIM, 2013); para os nossos propósitos, importa observar os contornos adquiridos pelo debate a partir da chamada crise da representação, que é também da grande mídia como instância representativa, crise essa que se materializa na sensação generalizada de descolamento da atividade política em relação aos interesses públicos, na desconfiança nas instituições, no esvaziamento dos partidos e nos baixos índices de comparecimento eleitoral. O processo de formação de preferências é variável importante para o funcionamento da democracia: o voto expressa um julgamento sobre o comportamento e o desempenho de políticos, julgamento este que é construído através do acúmulo de narrativas sobre questões que ganham expressão através da mídia. Isto é, para que os eleitores possam comparar alternativas, é preciso que eles as situem dentro de um espaço comum, que é dado pelos diversos assuntos que formam a agenda de debates públicos. Logo, a grande mídia, que tem a capacidade de efetivamente pautar a agenda, condiciona em alguma medida a escolha eleitoral (MIGUEL, 2003), questão de suma importância nas atuais “democracias de audiência”, nas quais os partidos vem perdendo a primazia, entre outros motivos, em função da prevalência do contato midiático direto entre líderes e eleitores (MANIN, 1997).

Não é difícil enxergar a razão. Desconstruindo as versões apresentadas por atores políticos ou subscrevendo-as de acordo com o sabor da ocasião, e tendo na busca de irregularidades sua principal atividade de crítica, o jornalismo se torna cativo de uma prática em boa medida voltada às miudezas e aos escândalos, assim “esquecendo” de apresentar adequadamente os contextos, de inserir os fatos esquadrinhados numa ordem mais ampla de fenômenos (COELHO, 2007: 347). Resultaria daí não apenas a disseminação de uma visão cínica da esfera política[[4]](#footnote-4) – em que os atores são pintados como ambiciosos sem convicção, responsivos somente aos interesses referidos à lógica de competição interna pelo poder –, mas também a fixação de uma disposição cognitiva que obstaculiza o exercício de compreender e situar fatos dentro de uma perspectiva minimamente contextual, histórica. Os consumidores de informação cairiam então vítimas de uma “amnésia estrutural”, pois que o jornalismo produziria uma visão “des-historicizada e des-historicizante, atomizada e atomizante”, uma “representação do mundo prenhe de uma filosofia da história como sucessão absurda de desastres sobre os quais não se compreende nada e sobre os quais não se pode nada” (BOURDIEU, 1997: 138-140). É a própria inteligibilidade da realidade que está em questão aqui, e este vácuo narrativo que conjuga a lógica espetacularizada do *fait divers* com uma hiperfactualidade persecutória e iconoclasta poderia ser visto como um sintoma do vazio das metanarrativas.

Pode-se concordar com tudo isto – a presentificação atomista que impede a compreensão estrutural, a lógica do espetáculo e seus corolários, o personalismo vazio, o desencanto que sobrevém da despolitização – e ainda assim manter certa suspeita quanto a tais críticas endereçadas ao jornalismo. Não será necessário retomar as objeções feitas ao reducionismo determinista que condena a atividade jornalística à mera função de reprodutora da ideologia hegemônica; tal crítica está bem sedimentada, tendo inclusive recebido o reforço recente das teorias de recepção. Ao contrário, o que se pretende aqui é questionar o papel deste tipo de abordagem na própria reprodução da autoimagem de jornalistas. E se ser visto como produtor de instantâneos factuais a-históricos for algo desejável para o campo do jornalismo, desde um ponto de vista de sua justificação ideológica? Dito de outro modo, o fato de ser percebido como denunciante de escândalos e relator de *fait divers* esparsos, e não como produtor de narrativas, não será justamente um dos ingredientes indispensáveis ao trabalho ideológico do jornalismo no sentido de apresentar-se como uma atividade calcada na objetividade? Se tivermos em mente que o fetichismo da objetividade é ingrediente fundamental à reivindicação da imparcialidade, da qual jornais e jornalistas dependem em boa medida para construir seu capital simbólico, e se lembrarmos ainda que a ideia de “narrativa” encontra-se num campo semântico povoado por noções de forte coloração subjetivista, como “história”, “enredo” e “personagem”, então não será ilícito concluir que esta denúncia do jornalismo como operador da acronia e atopia, por mais válida que seja, acaba contribuindo inadvertidamente para manter nas sombras uma característica absolutamente fundamental do fazer jornalístico, qual seja, o caráter poético de sua operação narrativa. Esta é precisamente a verdade que o jornalismo precisa recalcar para se manter enquanto tal. Redações podem sobreviver razoavelmente incólumes à acusação de que promovem amnésia estrutural ou recortes mal feitos da realidade, mas não à denúncia de que produzem, a partir de artefatos verbais, narrativas mais próximas de ficções literárias do que de descrições que espelhariam os fatos. Quem constrói narrativas dificilmente poderá se fazer aceito como imparcial ou objetivo, pois que todo contar de história implica na assunção de uma perspectiva, de um narrador; quem, por outro lado, é visto (e vê a si próprio) como mero recolhedor e apresentador de fatos diversos, isolados, encontra mais facilidade para cobrir-se com o manto protetor da objetividade e imparcialidade.

**3. Radicalizar a notícia como narrativa**

Investir contra a fala de jornais e jornalistas, demonstrando a parcialidade de manchetes e reportagens e colunas, pode ser eticamente recomendável e politicamente recompensador, mas, paradoxalmente, fortalece o vocabulário que pretendia erodir: contribui para manter intocado o lugar de fala do jornalismo. Se se critica um jornal pela parcialidade desavergonhada ou implícita de suas representações, é porque assume-se como dada a possibilidade de desempenhar a tarefa de modo imparcial. Evidentemente, nada disto implica em sugerir que análises de *framing* e *agenda-setting* sejam condenadas à lata de lixo das ciência sociais; muito ao contrário, são importantes na medida em que mantem afiada uma hermenêutica da suspeita que desnaturalize as representações ofertadas e examine criticamente seus efeitos sobre a constituição de uma ordem simbólica. O problema não está em analisar o discurso jornalístico no intuito de lhe revelar as tendências ocultas e os mecanismos de funcionamento, mas sim em assumir que isto deva ser feito contra o pano de fundo do referente ao qual ele alegadamente deve obediência – os “fatos”.

O jornalismo é o único campo produtor de conhecimento que parece haver passado razoavelmente incólume pela virada linguística; talvez por esta razão possa ser considerado o modo de ficção hegemônico a partir do século XX. Goza do privilégio epistemológico cientificista, mas sem as exigências impostas aos demais campos que também o desfrutam. Ao contrário, por exemplo, de antropólogos e sociólogos, jornalistas não precisam informar as condições de produção de seu trabalho, nem a metodologia empregada etc; basta que se mantenham apegados a uma linguagem supostamente neutra ou descritiva, que observem o imperativo da pluralidade de fontes, para que continuem a desfrutar da permissão da objetividade. Esforçam-se o quanto podem para neutralizar “as marcas enunciativas, evitando o uso das formas indexicais, dos dispositivos de linguagem que explicitam a relação dos enunciados com a pessoa, o lugar e o tempo da própria enunciação” (RODRIGUES, 2012: 240), e seguem trabalhando como se a distinção entre fato e valor fosse uma verdade auto-evidente, não uma crença contingente. “O jornalismo procura representar a realidade dos fatos, operando, assim, uma virtualização da realidade, sem, contudo, ficcioná-la” (SILVA, 2012: 344-345) – eis a ilustração perfeita do autoengano de que o jornalista necessita para continuar acreditando na correção do próprio trabalho, e que nos remete à dimensão da ideologia como práxis, como *fazer ideológico,* a que Zizek (1996) alude. A definição evita o ranço positivista, isto é, reconhece que qualquer representação do real é necessariamente falha (daí a operação de “virtualização” da realidade), ao mesmo tempo em que procura manter os pés fincados no realismo, querendo com isso escapar ao fantasma da ficção.

O fantasma, no entanto, é real. A crítica que salienta o caráter narrativo ou poético da produção jornalística não é exatamente novidade; já em 1925 Robert Park dizia ser a notícia de jornal uma forma de literatura popular. Mas foi somente nos anos 1970, a partir da consolidação do paradigma construcionista da crítica ao jornalismo[[5]](#footnote-5) – oposto tanto à perspectiva da notícia como distorção ideologicamente motivada, quanto à da notícia como espelho da realidade (TRAQUINA, 2012: 169) –, que tal crítica ganhou força. Ancorados na compreensão de que a linguagem não é um meio transparente de representação da realidade, mas uma ferramenta da qual dispomos para lidar com ela, os autores “narrativistas” procuraram avançar a reflexão sobre o caráter poético do fazer jornalístico, pensando-o como um gênero literário ou um tipo particular de narrativa mitológica (BIRD e DARDENNE, 1999). Nessa perspectiva, “o jornalismo não é ficção, mas é narrativa; como narrativa, pode ser interpretado como ficção” (MOTTA, 2005a: 25). Num certo sentido, a inspiração que lhes subjaz é análoga à problematização da questão textual na feitura de etnografias, eclodida a partir da publicação da coletânea *Writing Culture* (1986), que sedimentou o entendimento da antropologia como um empreendimento textual híbrido[[6]](#footnote-6). Não se trata de dizer que etnografia ou jornalismo sejam somente literatura, mas sim de lembrar que são sempre uma escrita, que o “poético e o político são inseparáveis, e que a ciência está dentro, e não acima, de processos históricos e linguísticos” (CLIFFORD, 1986: 2).

As fronteiras comumente aceitas estipulam que o jornalismo é regido pela convenção da veracidade, ao passo que narrativas literárias atendem a convenções de ficcionalidade, e que, ao contrário do escritor de ficção, o jornalista tem pretensão de verdade, precisa ajustar-se ao mundo real, descrevendo-o tanto quanto possível (SANCHEZ, 1992). É bem verdade que construcionistas em geral e “narrativistas” em particular ajudaram a borrar tais fronteiras, mas o fizeram com tamanha reverência à distinção entre fato e valor, que caberia perguntar se conseguem de fato extrair todo o rendimento daquilo que propõem. “Considerar as notícias como narrativas”, afirmam Bird e Dardenne (1999: 265), “nãonega o valor de as considerar como correspondentes da realidade exterior”. Gaye Tuchman sugere que “dizer que uma notícia é uma ‘estória’ não é de modo algum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o facto de a notícia (...) ser uma realidade construída *possuidora da sua própria validade interna*” (1999: 262; itálicos meus). Mais recentemente, a absorção das teorias da recepção pelo campo dos *media studies* adicionou um novo elemento a esta equação. Agora, a narratividade não é apenas propriedade intrínseca ao texto jornalístico, referida ao estilo de escrita ou modo de composição da notícia: “Não é, entretanto, o caráter mais ou menos narrativo que vai revelar a narratividade do texto jornalístico. É o leitor ou ouvinte, no ato de recepção das notícias, que conclui a obra” (MOTTA, 2005b: 9).Em resumo: notícias são construções narrativas, e não meros reflexos descritivos; possuem sua própria validade interna, mas não são artefatos acabados em si mesmos, pois que sua significação depende também do modo como são lidas e interpretadas; ao mesmo tempo, conservam seu valor na medida em que correspondam à realidade.

A noção de que a notícia é uma construção narrativa arranha apenas a superfície do objetivismo que pretende deslocar; falta-lhe a radicalidade necessária para impactar mais significativamente o vocabulário hegemônico do jornalismo. A despeito de suas muitas contribuições, os “narrativistas” permanecem presos à tradicional noção da verdade como correspondência da realidade que jaz na base do paradigma do jornalismo como espelho de fatos, que eles próprios repudiam porque ingenuamente objetivista. Mas não é possível solapar, ao ponto da ruptura, tal fetiche da objetividade sem abandonar a noção da verdade como correspondência da realidade. Fazê-lo implica em lidar com duas ordens de problemas: a necessidade de postular um critério para decidir o que conta como bom ou mau jornalismo, que não esteja atrelado umbilicalmente ao referente empírico da notícia, isto é, o fato que pretende descrever; e a necessidade de responder às acusações de se estar assumindo uma posição relativista, algo que inevitavelmente incide sobre todos aqueles que realizam o tipo de movimento aqui proposto.

**4. Narrativa, enredo e sentido**

A questão da narrativa atravessa o debate acerca das formas comunais de vida dentro das quais a virtude adquire significado (MACINTYRE, 2001), a invenção da nação moderna como “comunidades imaginadas” (ANDERSON, 2008) e a importância de histórias na criação da empatia indispensável à feitura de progressos morais (RORTY, 2007). Se se pode dizer que somos animais que contam histórias – pois que aprendemos a sonhar, antecipar, acreditar ou criticar através de narrativas (GOTTSCHALL, 2012) –, é porque a narrativa é um meta-código universal através do qual resolvemos o problema de “como traduzir o conhecer em contar, o problema de moldar a experiência humana em uma forma assimilável a estruturas de significação que são antes genericamente humanas do que especificamente culturais” (WHITE, s/d/p). Barthes já havia apontado nesta direção, ao afirmar que “a função da narrativa não é a de ‘representar’, é a de constituir um espetáculo que permanece ainda para nós muito enigmático (...). A narrativa não faz ver, não imita; a paixão que pode nos inflamar é a da significação” (BARTHES, 2013: 62).

Hayden White (1996; 2001) analisa o trabalho historiográfico desde uma perspectiva formalista, entendendo-o como uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa. Isto lhe permite considerar as narrativas históricas “como aquilo que elas manifestamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências” (WHITE, 2001: 98; itálicos do autor). Muitos historiadores – e, como pretendo sugerir, também jornalistas, ainda que estes não se dêem conta disso – parecem reivindicar a posse de um plano médio, epistemologicamente neutro, entre arte e ciência, dentro do qual sentem-se razoavelmente confortáveis em manter o costume de tratar os fatos sobre os quais se debruçam como se fossem apenas dados, esquecendo-se de que “os fatos, mais do que descobertos, são elaborados pelos tipos de pergunta que o pesquisador faz acerca dos fenômenos que tem diante de si” (ibidem: 56). Não estou sugerindo que o trabalho de historiadores e jornalistas se equivalham; evidentemente, são atividades distintas, com diferentes metodologias, e sujeitas a constrangimentos específicos. Mas seus discursos são assemelhados a ponto de autorizar a hipótese aqui aventada, pois que buscam produzir narrativas referidas ao registro do que “realmente” teria acontecido, narrativas que trabalham sobre os “fatos” com o intuito de representá-los e interpretá-los, assim dotando-os de uma coerência e significação que por si só não possuem.

Dizer que a significação dos eventos nunca está dada é dizer que eles não nos impõem vocabulários ou perspectivas através das quais deveríamos narrá-los. Como veremos mais adiante, o sentido não é um dado intrínseco à natureza das coisas apenas esperando mentes sagazes o suficiente para decifrá-lo; a significação dos eventos não lhes é inerente. Relatos históricos não consistem somente em elementos factuais, mas também em elementos retóricos e poéticos, como os padrões de enredo acrescidos *a posteriori* pelo narrador. Os *tipos* de histórias, diz Hayden White, não estão incrustados nos fatos[[7]](#footnote-7); na verdade, lhes são impostos pelo narrador através de uma dupla operação poética, cognitiva e expressiva, ambas tropológicas. “Antes que um dado domínio possa ser interpretado, há de ser primeiro organizado como um território povoado por figuras discerníveis”, isto é, a experiência deve primeiramente ser constituída como objeto de percepção mental, deve ser *prefigurada* num “nível profundo de consciência” do narrador (WHITE, 1996: 44-45). Este é um ato fundamentalmente poético, pré-crítico, no qual o historiador cria seu objeto de análise no processo de reconhecê-lo, ao mesmo tempo em que predetermina a modalidade das estratégias narrativas[[8]](#footnote-8) das quais se valerá posteriormente em sua descrição. “O pensamento”, escreve Hayden White, “permanece cativo do modo lingüístico no qual procura apreender o contorno dos objetos que povoam seu campo de percepção” (ibidem: 14). Se, por exemplo, ao narrar um evento o historiador lhe confere a estrutura de enredo de uma tragédia, então ele o terá “explicado” desta maneira, com todas as implicações que um discurso vazado no modo trágico acarreta. O mesmo vale para todos os outros modos de prefiguração poética e expressão narrativa.

Nenhum acontecimento constitui por si só uma história acabada; no máximo, oferece elementos a partir dos quais podemos tramá-la. Histórias são criadas das crônicas dos fatos por meio da operação de urdidura de enredo, em que “os acontecimentos são *convertidos* em estória pela supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros, por caracterização, repetição do motivo, variação do tom e do ponto de vista, estratégias descritivas alternativas e assim por diante” (WHITE, 2001: 100; ênfase do autor). Trata-se, como já deve ter ficado claro, de expedientes que esperaríamos encontrar na construção de enredo em romances. Vista deste ângulo, “a história não é menos uma forma de ficção do que o romance é uma forma de representação histórica” (ibidem: 138) – e aqui não há nenhuma boa razão que nos impeça de esticar a validade do argumento também para o discurso jornalístico.

Os romancistas podiam lidar apenas com eventos imaginários enquanto os historiadores se ocupavam dos reais, mas o processo de fundir os eventos, fossem imaginários ou reais, numa totalidade compreensível capaz de servir de *objeto* de uma representação é um processo poético. Aqui, os historiadores devem usar as mesmas estratégias tropológicas, as mesmas modalidades de representação das relações em palavras, que o poeta ou o romancista utiliza. No registro histórico não-processado e na crônica dos eventos que o historiador extrai do registro, os fatos existem apenas como um amálgama de fragmentos contiguamente relacionados. Estes fragmentos têm de ser agrupados para formar uma totalidade de um tipo particular, e não de um tipo geral. E são agrupados da mesma forma que os romancistas costumam agrupar as fantasias produzidas pela sua imaginação para revelar um mundo ordenado, um cosmo, onde só poderia existir a desordem ou o caos (WHITE, 2001: 141; ênfase do autor)

Em suma, não importa tanto se o episódio relatado é real ou imaginado, pois que os procedimentos através dos quais o historiador ou o romancista lhe confere sentido é o mesmo. Por que haveria de ser diferente no jornalismo? O discurso jornalístico apresenta alguns dos elementos da estrutura narrativa do romance, como a eleição de personagens, a ênfase na agência individual, a necessidade da construção de antagonismos e a divisão em “capítulos”. Que me seja permitido tomar a liberdade de intervir no texto de White, substituindo as referências ao discurso historiográfico pelo jornalismo:

Narrativas [jornalísticas] não são apenas modelos de acontecimentos e processos passados, mas também afirmações metafóricas que sugerem uma relação de similitude entre esses acontecimentos e processos e os tipos de estória que convencionalmente utilizamos para conferir aos acontecimentos de nossas vidas significados culturalmente sancionados. Vista de um modo puramente formal, uma narrativa [jornalística] é não só uma *reprodução* dos acontecimentos relatados, mas também um *complexo de símbolos* que nos fornece direções para encontrar um *ícone* da estrutura desses acontecimentos em nossa tradição literária. (...) A narrativa em si não é o ícone; o que ela faz é *descrever* os acontecimentos contidos no registro histórico de modo a informar ao leitor *o que deve ser tomado como ícone* dos acontecimentos a fim de torná-los “familiares” a ele. Assim, a narrativa [jornalística] serve de mediadora entre, de um lado, os acontecimentos nela relatados e, de outro, a estrutura de enredo pré-genérica, convencionalmente usada em nossa cultura para dotar de sentido os acontecimentos e situações não-familiares (WHITE, 2001: 141; itálicos do autor).

O sentido não deriva naturalmente dos acontecimentos, como o vapor da água; é-lhes acrescido pelo escriba à medida em que transforma sua compreensão do que se passou em relatos que pretendem narrá-los. A urdidura de sentido opera tanto no nível substantivo, a significação acrescida a um acontecimento ou sequencia de eventos específicos[[9]](#footnote-9), quanto no nível formal, a repetição padronizada de moldes dentro dos quais histórias podem ser compreendidas conformando convenções cognitivas socialmente partilhadas[[10]](#footnote-10). Duplo enquadramento, que cumpre a função de selecionar e ressaltar certos aspectos da realidade em detrimento de outros, de modo a promover a definição particular de um problema, uma interpretação causal, uma avaliação moral e uma recomendação sobre como enfrentar a questão (ENTMAN, 1993). Notícias não apenas informam sobre os fatos do mundo, mas fornecem modelos de apreensão dos fatos que, tornados convencionais, deixam de ser “um tema de discussão para se tornar uma premissa de qualquer conversa” (SCHUDSON, 1999: 279). Eis porque narrativas jornalísticas não apenas representam uma realidade, mas constroem essa realidade no processo de representá-la; são, para tomar de empréstimo a formulação de Nelson Goodman, “modos de fazer mundos” (GOODMAN, 1995). Se o jornalismo mais inventa do que representa mundos – conformando um quadro de referência mais amplo dentro do qual as histórias adquirem sentidos particulares, também construídos narrativamente –, então parece não haver muitos motivos para conceder a primazia de sua justificação à correspondência com a realidade. Reduzir o peso e a importância da correspondência com a realidade não significa descartá-la por completo, o que implicaria no apagamento das fronteiras entre jornalismo e literatura de ficção, mas colocar em primeiro plano a necessidade de ancorar a validade do discurso jornalístico em outras bases. Para tanto, será necessário observar, desde um ponto de vista pragmático, o que discurso jornalístico está efetivamente fazendo enquanto diz, e procurar outros critérios capazes de lhe garantir validade.

**5. Jornalismo, modos de fazer mundos e relativismo**

Há uma distância entre dizer “a facticidade importa” e “a facticidade é o que mais importa”, e essa distância se torna mais claramente distinguível se, com Wittgenstein, nos perguntarmos mais pelos usos das palavras do que por seus significados. Ao utilizarmos palavras com o propósito de comunicar algo, estamos ao mesmo tempo efetivamente *fazendo algo* (AUSTIN, 1990); compreender o significado desta ação levanta o problema de sua intencionalidade e do exame do contexto em que ocorre. Para usar o exemplo mobilizado por Quentin Skinner, não basta interpretar o que Maquiavel disse, é preciso compreender o que ele estava fazendo ao dizê-lo. Dessa perspectiva, não importa se Maquiavel falava ou não a verdade; a noção de verdade é irrelevante para a explicação de crenças (SKINNER, 2002: 4). Melhor faremos em observar que, quando afirmamos que uma crença é verdadeira, queremos dizer que ela é racionalmente aceitável dentro do contexto de outras crenças (ibidem: 52). Assim como o julgamento sobre o tamanho de um objeto só faz sentido se feito em comparação com algo que pertença a mesma classe de objetos, também o julgamento acerca da justeza de uma ação só faz sentido dentro de um determinado acordo ou consenso – um cachorro pode ser grande em comparação a um poodle, mas não em comparação a “cachorros” tomados genericamente. Do mesmo modo, uma ação pode ser errada em relação a um determinado contexto ou acordo intersubjetivo, mas não errada *per se* (HARMAN, 2010: 226).

O jornalista poderia protestar alegando que, para além da correção factual, há outros princípios aos quais deve ajustar seu trabalho, como a transparência de fontes e a exigência de *fairness*, de “ouvir ambos os lados”. Mas nada disso resolve o problema que estamos examinando. Fontes contrárias umas às outras podem ambas estar mentindo ou simplesmente equivocadas (SEIDENGLANZ e SPONHOLZ, 2008: 43). Mais ainda, elas podem ser estrategicamente utilizadas pelo jornal como um falso contraponto dentro de uma narrativa que o jornal sabe deliberadamente estar construindo, e que justamente por isso não pode ser percebida enquanto tal[[11]](#footnote-11). Novamente, o que importa é a ação que o jornal está desempenhando ao convocar “ambos os lados”, e não aquilo que propriamente dizem. O principal está no contexto, pois o juízo quanto à correção de tal ação jornalística só pode ser formulado se examinadas as circunstâncias de sua produção e observados os efeitos sobre a conjuntura em que se insere. É aqui que ficam evidentes os limites das propostas avançadas por autores “narrativistas”: dizer que o relato jornalístico é “um jogo de linguagem situado entre a narrativa da história (realista) e a literária (imaginativa)” (MOTTA, 2005b: 10), mas insistir em julgar a validade do relato menos pelos mundos que ele convida o leitor a imaginar como reais do que pelo grau de realismo do mundo supostamente descrito, é, ao fim e ao cabo, permanecer preso ao paradigma do jornalismo como espelho da realidade. Escapar a este impasse exige uma mudança temporal na localização do critério de validade do discurso jornalístico. O paradigma do espelho ancora o juízo acerca da validade da notícia em referência ao acontecido. A alternativa, se é que desejamos abandonar o monopólio da objetividade como virtude máxima do jornalismo, consistiria em ancorar a validade da notícia em referência aos mundos que ela ajuda a construir enquanto os representa[[12]](#footnote-12).

No entanto, afirmar que a correspondência com a realidade importa menos que a intencionalidade e os efeitos reais da narrativa é abrir o flanco para a acusação de relativismo. Esta é a provável razão pela qual os “narrativistas” se recusaram a dar o passo seguinte, evitando reconhecer todo o alcance de suas formulações. O medo, naturalmente, é o do vale-tudo na representação. Borradas as fronteiras que distinguem descrição e narração, fato e valor, objetivo e subjetivo, em que bases poderia o discurso jornalístico reivindicar para si a credibilidade de que depende para se manter? Como se diferenciaria da literatura? Se assim fosse, não estaríamos então condenados a uma guerra de versões, tanto mais suja quanto a disposição dos atores de torcer os eventos de modo a encaixá-los numa visão de mundo previamente dada?

Os alardeados malefícios do relativismo[[13]](#footnote-13), conhecemos desde a Grécia antiga – a auto-refutação lógica, o subjetivismo incoerente, o niilismo, a paralisia ética. Mas tais acusações em geral têm suas raízes mais no dogmatismo do acusador do que no relativismo do acusado. “Todas as definições comuns do relativismo”, assinala John Ladd, “são formuladas por adversários do relativismo... São definições absolutistas” (*apud* GEERTZ, 2001: 48). Ventilada por atores internos ao campo do jornalismo, a denúncia do suposto caos que se instalaria caso abríssemos mão do critério da objetividade e da verdade como correspondência com a realidade cumpre a função ideológica de lhes salvaguardar o lugar de fala. Então não é próprio do discurso ideológico trabalhar “nos conflitos que procura negociar”, amiúde com o objetivo de “reapresentar o problema sob a forma de sua solução potencial?” (EAGLETON, 1996: 210). Visto de perto, contudo, este revela-se um falso problema. Na falta de espaço para tratar aqui das inúmeras respostas dadas ao desafio do relativismo, fiquemos com a observação, a esta altura um tanto trivial, de que podemos distinguir entre relativismo em sentido forte (“democracia liberal e nazismo são sustentados por crenças válidas cada qual à sua maneira, sendo impossível afirmar a superioridade intrínseca de um regime sobre outro”), e em sentido fraco (“não dispomos de um princípio universal absolutamente incontroverso sobre o qual poderíamos sustentar nossa crença na superioridade da democracia liberal sobre o nazismo”). Ora, dizer que o critério de validação de uma narrativa jornalística não está em sua adequação aos fatos, mas em sua capacidade de nos fazer enxergá-los por uma perspectiva mais alargada, que ampliaria nossos horizontes de compreensão, não é incorrer em relativismo forte. A própria identificação de um critério substantivo já o afasta, pois que podemos decidir pela superioridade de uma narrativa sobre outra conflitante. Poder-se-ia retrucar, questionando os critérios que definiriam o que conta como “perspectiva mais alargada” e “ampliação de horizontes de compreensão”. A resposta começaria pela assunção de nosso próprio etnocentrismo, a convicção de que tais critérios estariam baseados naquilo que nós hoje consideramos como sendo a “boa vida”: o respeito aos direitos fundamentais, a busca por um ótimo de equilíbrio entre igualdade e liberdade, a promoção da justiça e da paz, e assim por diante.

Longe portanto de rejeitar a verdade como ideal regulativo, trata-se de ampliar o horizonte normativo de toda atividade de descrição ou representação de modo a abarcar outras preocupações de cunho ético e político, algumas das quais advindas do próprio compromisso de buscar a verdade. Nessa perspectiva, o critério para decidir sobre a qualidade da práxis jornalística não será o grau de objetividade dos relatos que produz, mas sim a que desígnios servem as narrativas construídas a partir de tais relatos, os possíveis que deixam entrever, os horizontes que descortinam[[14]](#footnote-14). A questão da validade do discurso jornalístico poderia então ser recolocada de modo a nos levar pensar sobre o quão instrutiva é a história que conta, o quanto nos permitiria compreender sobre nós mesmos, e se abriria uma fértil perspectiva acerca dos eventos que descreve. Não se pode pedir muito mais a uma narrativa. E aqui também a mensuração de méritos e falhas se dá por comparação. “Se toda estória plenamente realizada (...) é um tipo de alegoria, aponta para uma moral ou dota os eventos – sejam reais ou imaginários – de uma significância que eles não possuem enquanto mera sequência”, diz Hayden White, “então parece possível concluir que *toda narrativa histórica tem como propósito latente ou manifesto o desejo de moralizar os eventos de que trata*” (WHITE, s/d/p: 18; ênfase minha). Eis a moral da história.

### Referências

AUSTIN, John L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BACHRACH, Peter e BARATZ, Morton S. Duas Faces do Poder. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, vol.19, n40, p.149-157, 2011.

BAGHRAMIAN, Maria. A Brief History of Relativism. In: KRAUSZ, Michael (Ed.). **Relativism.** A Contemporary Anthology. New York: Columbia University Press, 2010.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Difel, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BREED, Warren. Controlo social na redação: uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “estórias”.** Portugal: Vega, 1999.

BIRD, Elizabeth e DARDENNE, Robert. Mito, Registo e Estórias: Explorando as Qualidades Narrativas das Notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “estórias”.** Portugal: Vega, pp.263-277, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder**. Uma análise da mídia. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CHOMSKI, Noam. **Controle da Mídia**. Os espetaculares feitos da propaganda. Rio de Janeiro: Graphia, 2003.

CLIFFORD, James e MARCUS, George (eds.). **Writing Culture**. Berkeley: University of California Press, 1986.

CLIFFORD, James. Introduction: partial truths. In: CLIFFORD, James e MARCUS, George. **Writing Culture**. Berkeley: University of California Press, p.1-26, 1986.

COELHO, Marcelo. Fatos, argumentos, versões: a política da notícia.. In: NOVAES, Adauto (org.) **O esquecimento da política**. Rio de Janeiro: Agir, p.335-354, 2007.

EAGLETON, Terry. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental. In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, p.179-226, 1996.

ENTMAN, Robert. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, n.43(4), p.51-58, 1993.

FISH, Stanley. **Is there a text in this class?** The authority of interpretative communities. Harvard University Press, 1980.

GEERTZ, Clifford. **Nova Luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

GOODMAN, Nelson. **Modos de Fazer Mundos**. Portugal: Edições ASA,1995.

GOTTSCHALL, Jonathan. **The Storytelling Animal**. How Stories Makes Us Human. Boston / New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2012.

GUIMARÃES, Juarez e AMORIM, Ana Paola. **A corrupção da opinião pública**. Uma defesa republicana da liberdade de expressão. São Paulo: Boitempo, 2013.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**. Entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HARMAN, Gilbert. Moral Relativism Defended. In: KRAUSZ, Michael (Ed.). **Relativism.** A Contemporary Anthology. New York: Columbia University Press, 2010.

HEWLETT, Nick. **Badiou, Balibar, Ranciére.** Rethinking Emancipation. (Continuum Studies in Continental Philosophy). London: Continuum Publishing Group, 2007.

KANTOLA, Anu. On the dark side of democracy: the global imaginary of financial journalism. In: CAMMAERTS, Bart e CARPENTIER, Nico (Eds.) **Reclaiming the media.** Communication, Rights and Democrática Roles. Bristol: Intellect, p.192-215, 2007.

KRAUSZ, Michael. Mapping relativisms. In: KRAUSZ, Michael (Ed.). **Relativism.** A Contemporary Anthology. New York: Columbia University Press, 2010.

KUYPERS, Jim A. Framing analysis from a rethorical perspective. In: D’ANGELO, Paul e KUYPERS, Jim A (eds.) **Doing News Framing Analysis**. New York / London: Routledge, p.286-311, 2010.

MACINTYRE, Alasdair. **Depois da virtude**. São Paulo: EDUSC, 2001.

MANIN, Bernard. **The Principles of Representative Government**. New York, Cambridge University Press, 1997.

MCCOMBS, Maxwell. **Setting the Agenda. The mass media and public opinion.** United Kingdom: Polity Press, 2004.

MIGUEL, Luis Felipe. Representação Política em 3-D. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** Vol.18, n51, p.123-140, 2003.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Jornalismo e configuração narrativa da história do presente. **Contracampo** - UFF. N12, pp.23-50, 2005a.

\_\_\_\_\_\_. A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística. **28o** **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2005b. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/navegacaoDetalhe.php?id=43427> Acesso em: 2/2/2015

\_\_\_\_\_\_. The opposition between mediacentric and sociocentric paradigms. **Brazilian Journalism Research**. Vol. 1, n.1, pp. 61-86, 2005c.

MOULLIAUD, Maurice. A informação ou a parte da sombra. In: MOULLIAUD, Maurice e PORTO, Sergio Dayrell (orgs.). **O Jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p.55-65, 2012.

PATTERSON, Thomas E. **Out of order**. New York: Vintage Books, 1993.

PRATT, Mary Louise. Fieldwork in common places. In: CLIFFORD, James e MARCUS, George. **Writing Culture**. Berkeley: University of California Press, p.27-50, 1986.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**. Estética e Política. São Paulo: Editora 34, 2009.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: MOULLIAUD, Maurice e PORTO, Sergio Dayrell (orgs.). **O Jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p.227-242, 2012.

RORTY, Richard. **Contingência, Ironia e Solidariedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SANCHEZ, J. F. **El periodista como contador de histórias**. Estudos de Periodística. Madrid: Universidad Complutense,1992.

SCHUDSON, Michael. A política da forma narrativa: a emergência de convenções noticiosas na imprensa e na televisão. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “estórias”.** Portugal: Vega, pp. 294-305, 1999.

SEIDENGLANZ, Rene e SPONHOLZ, Liriam. Objetividade e credibilidade midiática. Considerações sobre uma suposta relação. **Revista de Comunicação e Cultura**. N.6 vol. 2, 2008.

SKINNER, Quentin. **Vision of Politics**. Vol 1. Regarding Method. United Kingdom: Cambridge University Press, 2002.

SILVA, Luiz Martins. Imprensa, discurso e interatividade. In: MOULLIAUD, Maurice e PORTO, Sergio Dayrell (orgs.). **O Jornal: da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, p.341-358, 2012.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Volume 1. Porque as notícias são como são. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

TUCHMAN, Gaye. Contando Histórias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “estórias”.** Portugal: Vega, pp. 258-262, 1999.

ZIZEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma? In: ZIZEK, Slavoj (org.). **Um Mapa da Ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, p.297-332, 1996.

WHITE, David M. O Gatekeeper: uma análise de casos na seleção de notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: Questões, Teorias e “estórias”.** Portugal: Vega, 1999.

WHITE, Hayden. **Meta-História**. A imaginação histórica do século XIX. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_\_\_\_. Enredo e verdade na escrita da história. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A História Escrita**. Teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, p.191-209, 2006.

\_\_\_\_\_\_\_\_. O valor da narrativa na representação da realidade. In: **Caderno de Letras**. UFF, n3, p.5-33, s/d/p.

\_\_\_\_\_\_\_\_. **Trópicos do Discurso**. Ensaios Sobre a Crítica da Cultura. São Paulo: EDUSP, 2001.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Presença, 1990.

1. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Jornalismo Político do VI Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VI COMPOLÍTICA), na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), de 22 a 24 de abril de 2015. [↑](#footnote-ref-1)
2. Doutor em Ciências Sociais (PUC-Rio). Pós-doutorando em Ciência Política no Instituto de Ciências Sociais da UERJ. e-mail: antonioengelke@gmail.com [↑](#footnote-ref-2)
3. Elencar os atributos que demarcariam a aptidão de um fato para converter-se em notícia, perguntando pelas características e processos que confirmam sua “noticiabilidade” (WOLF, 1990), é apenas descrever procedimentos do campo jornalístico; nada nos diz sobre os efeitos de tal operação. Faremos melhor em observar que, mais que mero suporte, o jornal está inserido num dispositivo mais amplo de informação, uma matriz cuja existência é anterior ao texto, que implica num modo de estruturação próprio e “prepara para o sentido” (MOUILLAUD, 2012: 48). Trata-se de examinar como as escolhas feitas acabam por conformar uma determinada estória, e o que as exclusões e omissões necessárias à sua feitura poderiam revelar sobre as estórias que não chegaram ser contadas. [↑](#footnote-ref-3)
4. Para uma ilustração deste argumento, ver a análise de Kantola (2007) sobre o imaginário político cínico plasmado pelo *Financial Times.* [↑](#footnote-ref-4)
5. O paradigma construcionista abriga autores de correntes diversas, como a estruturalista e a interacionista. Uso o neologismo “narrativistas” para me referir a um subconjunto específico de autores deste paradigma, que partilham o intuito de avançar a crítica pela via da observação da natureza textual do jornalismo. [↑](#footnote-ref-5)
6. Desde Malinowski, a “subjetividade do autor [fora] separada do referente objetivo do texto”; no máximo, a voz autoral era vista como um “estilo” (CLIFFORD, 1986: 13; tradução minha). Narrativas de abertura de etnografias, de Malinowski a Geertz, cumpriam a função de mediar a contradição entre a autoridade científica e a experiência subjetiva de campo. Mas o texto final deveria, ao menos em tese, conformar-se às normas do discurso científico, que exigem o completo apagamento do sujeito que experimenta a realidade que pretende descrever. Paradoxalmente, “as condições do trabalho de campo [eram] expressas como um impedimento à tarefa de realizá-lo, ao invés de ser parte daquilo que deveria contar como trabalho de campo” (PRATT, 1986: 41). Que este cientificismo possa manter ainda hoje sua ascendência sobre pesquisadores do campo é um testemunho da força da crença na transparência da representação. Voltarei a este ponto mais adiante. [↑](#footnote-ref-6)
7. Existe algum limite à representação de eventos? Ao exemplo mais extremado: os “fatos brutos” do nazismo e do extermínio sistemático dos campos de concentração colocariam, em função de qualidades que lhes seriam inerentes, limites ao que poderia ser dito sobre eles? White responde negativamente a estas questões, avançando um argumento cuja complexidade impede que lhe façamos justiça aqui. Sem medo de deslizar em direção a um relativismo estéril, e já torcendo a questão em outra direção, creio ser possível sustentar, com Stanley Fish (1980), que a obviedade de significado de um discurso não decorre dos valores que suas alegações possuem num sistema linguístico independente de contexto; ao contrário, é porque tais alegações são recebidas já inseridas num contexto que elas possuem um significado que então será percebido como óbvio. [↑](#footnote-ref-7)
8. White (1998) define os 4 modos de consciência histórica em conseqüência das estratégias prefigurativas que informa cada um deles, referidas aos 4 tropos da linguagem poética (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia). Assim, um estilo historiográfico seria a combinação particular entre os modos de elaboração de enredo (romanesco, trágico, cômico, satírico), o tipo de argumentação (formista, mecanicista, organicista, contextualista) e sua implicação ideológica (anarquista, radical, conservador, liberal). Não há necessidade de nos aprofundarmos nos meandros de sua análise dos elementos trópicos contidos na consciência histórica e na historiografia européia do século XIX; para os nossos propósitos, basta observar sua crítica ao discurso histórico, extraindo lições cuja validade possa ser estendida ao trabalho jornalístico. [↑](#footnote-ref-8)
9. Por exemplo, considere as seguintes manchetes de jornal: 1) "Já chega a quarenta o número de cubanos que abandonaram o Programa Mais Médicos"; e 2) "Em cada mil cubanos do Mais Médicos, menos de quatro abandonam o Programa". Ambas são factualmente verdadeiras, correspondem à realidade de que tratam, mas o sentido que constroem para o fato ao qual se referem difere enormemente. Em (1) temos o número absoluto, que, ampliado em dramaticidade pelo uso da expressão “já chega a...”, sugere algum fracasso no Programa Mais Médicos. Em (2) temos o número relativo, e a proporção que ele assinala induz o leitor a concluir que o Programa transcorre em normalidade. Pode-se, é claro, afirmar que a manchete (2) é melhor do que (1) porque informa mais adequadamente o contexto necessário à compreensão do fato em questão. Mas pode-se com igual justiça argumentar que a manchete (2), ao diluir o número de médicos cubanos desertores na grandeza estatística, contribui para minimizar um problema real do Programa. Se quisermos, pois, decidir pela superioridade de uma ou outra manchete, o critério da correspondência com a realidade não é de muita serventia. Como assevera Stanley Fish, “desacordos não podem ser resolvidos por referência a fatos, porque os fatos emergem somente no contexto de um ponto de vista. Segue-se, então, que desacordos devem ocorrer somente entre aqueles que possuem (ou são possuídos por) diferentes pontos de vista, e o que está em jogo num desacordo é o direito de especificar o que serão os fatos dali em diante. Desacordos não são resolvidos por fatos, são os meios através dos quais fatos são resolvidos. Nenhuma resolução, claro, é final, e no (quase certo) evento de uma disputa ser reaberta, a categoria dos fatos ‘como eles realmente são’ será reconstituída em uma outra forma” (FISH, 1980: 338-339; tradução minha). O exemplo acima evocado é de Gustavo Gindre, que o formulou em sua página pessoal no Facebook. [↑](#footnote-ref-9)
10. Não é preciso recorrer a análises ideológicas do discurso para embasar o argumento. A própria seleção do que conta como notícia, e sua hierarquização em termos de relevância, já é uma operação de construção de sentido, na medida em que oculta mostrando. [↑](#footnote-ref-10)
11. Foi o historiador Sergio Bruno Martins que me chamou a atenção para este argumento, quando as Jornadas de Junho explodiam com força no Rio de Janeiro. Em determinado momento, o governo Sérgio Cabral decretou uma lei proibindo o uso de máscaras em manifestações; o jornal O Globo não poderia omitir a inconstitucionalidade da lei, embora a apoiasse explicitamente em seus editoriais. A OAB serviu então como veículo de um trabalho que o jornal foi obrigado a fazer, embora a contragosto. Cito o comentário do Sergio a este respeito: “Essa matéria [sobre o posicionamento da OAB a respeito da proibição das máscaras] se inscreve num contexto no qual a noção de legalidade vem se mostrando bastante elástica, mas invariavelmente de acordo com a conveniência do poder instituído. Ou seja: a mensagem que o Globo passa é a seguinte: a lei é inconstitucional, mas não deveria ser. O ponto é que, dentro da hierarquia ideológica da informação, o 'deveria ser' se sobrepõe ao 'é'. É para esse lado que tende a elasticidade percebida da legalidade, para o lado de um senso comum moral. Portanto, a OAB aqui não ocupa o lugar do especialista que referenda uma verdade (o que às vezes acontece, especialmente quando a linha editorial se beneficia disso), e sim o papel duplo de álibi (reforçando a certeza do leitor a respeito da honestidade do jornal, inclusive quando é necessário defendê-la junto aos críticos) e de inconveniente (ou seja, de uma posição tacitamente desqualificada: 'ah, esses advogados e sociólogos que adoram direitos humanos pra bandido!'). Aliás, na falta de termo melhor, o nome desse papel duplo poderia ser ‘inconveniente democrático.’ Seu enunciado tem valor fraco, mas sua presença no noticiário garante a este um certo semblante democrático.” [↑](#footnote-ref-11)
12. A inspiração aqui vem da filosofia analítica da linguagem, sobretudo da obra de Richard Rorty, e também de Nelson Goodman. Goodman (1995) propõe que observemos a relação entre *correção* e *ajustamento*; por exemplo, a correção de uma obra de arquitetura consistiria num ajustamento de suas diferentes partes umas com as outras, e do conjunto como um todo com os vários enquadramentos [*frames of reference*] do qual faz parte. Penso que o mesmo se aplica às narrativas jornalísticas. [↑](#footnote-ref-12)
13. Em termos mais rigorosos, seria prudente falar não em relativismo, mas numa miríade de relativismos. Maria Baghramian (2010) distingue entre quatro grandes escolas de pensamento relativista, quais sejam, relativismo cultural, conceitual, construtivismo social e pós-modernismo. Refinando ainda mais o escopo de observação, Michael Krauz (2010) examina as variantes internas à ampla doutrina relativista: relativismo referente a enquadramento de referência (conceitual, cultural, histórico), relativismo de domínios (cognitivo, moral, estético), relativismo de nível (ontológico, epistêmico) e de valores (verdade, razoabilidade, justiça). [↑](#footnote-ref-13)
14. Não ignoro que o sentido das narrativas só se completa no leitor, como os teóricos da recepção argumentam. Contudo, a ênfase na recepção deixa de levar em conta tudo o que permanece asfixiado no registro do não-dito, os objetos de exclusão sistêmica. A apropriação e ressignificação operada por leitores só incide sobre artefatos que circulam, que já possuem existência reconhecida. Se a capacidade de construir silêncios é parte essencial das estratégias de poder, então as lacunas importam por aquilo que sua ausência denuncia. São estes fechamentos mais sutis, que deslegitimam de antemão tudo aquilo que se opõe a um valor hegemônico, sem que tal valor necessite ser explicitado, que importam observar. A questão é urgente sobretudo no campo da política, que não é somente o domínio da tomada de decisão, mas também um espaço de exclusão no qual aqueles que estiverem ocupando posições de poder manobram para estabelecer regras ou delimitar limites de modo a se protegerem de expedientes percebidos como ameaçadores. Assuntos ou temas que poderiam influenciar o processo de escolha do eleitor muitas vezes sequer chegam à esfera pública, ou chegam de forma enviesada, conformando uma espécie de “processo de não-tomada de decisões” (BACHRACH e BARATZ, 2011: 152). Quando Ranciére descreve a maneira pela qual a linguagem dos sem-parte é ininteligível para aqueles que falam somente a linguagem do *status quo*, parece estar argumentando algo semelhante, isto é, que o poder coloca os termos do debate de tal maneira que as visões e demandas de subalternos não podem ser propriamente compreendidas, ou mesmo eventualmente formuladas (HEWLETT, 2007: 99). [↑](#footnote-ref-14)